

Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá – SAEG		2020	2019	2020		2019	
3. Caixa e Equivalentes de Caixa							
Caixa Geral		–	2.324				
Contas Correntes – Bancárias		661.634	5.443.477				
Saldo		661.634	5.445.801				
4. Contas a Receber de Clientes – As contas a receber de clientes correspondem a prestação de serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos em todo o município de Guaratinguetá, e são classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, e podem ser assim demonstradas:							
				2020	2019		
Crédito a Receber		15.791.148	13.601.749				
Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa		(1.632.891)	(1.684.154)				
Saldo		14.158.257	11.917.595				
A estimativa para o complemento das Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa no exercício de 2020 e 2019 incluiu o exame da magnitude dos débitos individuais, bem como dos créditos em litígio, usando-se como referência padrões históricos de arrecadação. Os créditos a receber considerados irre recuperáveis perante a Lei ou antieconômicos para se cobrar são baixados contabilmente. As Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa são constituídas quando há incerteza a respeito de arrecadação. Os valores lançados como Créditos a Receber de exercícios anteriores, pela própria natureza, carregam consigo um grau de incerteza com relação ao seu recebimento. O valor de (1.632.891), refere-se as perdas Dedutíveis atendendo os atrativos da Lei 9.430/96.							
5. Imobilizado/Intangível							
Imobilizado		2020	Aquisição	Baixas	2019	Taxa de depreciação anual	
Aparelho de Medição e Orientação		171.894	94.108	11.856	89.642	6,67%	
Aparelho e Equipamentos de Comunicação		23.607	–	72	23.679	10,00%	
Aparelhos, Equipamentos Utensílios Médicos, Odontológicos, Laboratoriais e Hospitalares		9.595	–	–	9.595	6,67%	
Equipamentos de Proteção e Segurança		5.225	5.225	–	0,00	5,00%	
Máquinas e Equipamentos Industriais		1.830	–	–	1.830	5,00%	
Maquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina		57.730	57.730	–	–	5,00%	
Equipamentos, Peças e Acessórios para Automóveis		107.448	48.500	–	58.948	20,00%	
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos		1.259.435	190.790	10.857	1.079.502	10,00%	
Outras Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas		352.386	183.164	2.526	171.748	10,00%	
Equipamentos de Processamento de Dados		283.340	41.000	23.651	265.991	20,00%	
Equipamentos de Tecnologia da Informação		127.252	4.939	11.811	134.124	20,00%	
Sistemas Aplicativos – Softwares		76.073	72.180	7.666	11.559	–	
Mobiliário em Geral		219.983	29.077	1.606	192.512	10,00%	
Utensílios em Geral		152.356	10.049	11.049	153.338	10,00%	
Coleções e Materiais Bibliográficos		10.827	–	251	11.078	10,00%	
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto		43.277	5.708	–	37.569	10,00%	
Veículos em Geral		1.617.778	383.336	316	1.234.758	6,67%	
Bens em Poder de Outra Unidade ou 3º		167.064	–	–	167.064	10,00%	
Terrenos		940.000	–	–	940.000	–	
Glebas Rurais		758.200	–	–	758.200	–	
Sistema Esgoto e/ou Abastecimento de Água		3.589.788	1.948.085	8.334	1.650.037	10,00%	
Imóveis em Poder 3º – ETE Pedregulho – Concessão		4.511.840	–	–	4.511.840	–	
Gastos de Implantação e Pré-Operacionais		130.133	–	–	130.133	–	
		14.617.061	3.073.909	89.995	11.633.147		
Depreciação e Amortização acumulada		(4.745.969)	(662.468)	–	(4.083.501)		
Redução do Ajuste Avaliação Patrimonial 2019					(28.080)		
Imobilizado/Intangível líquido		9.871.092			7.521.566		
O Ativo Imobilizado é avaliado inicialmente segundo seu custo de aquisição, foi realizado durante o ano de 2019 a reavaliação dos itens através da contratação, por meio de processo de licitação, de uma empresa especializada. O imobilizado foi ajustado em dezembro de 2019 de acordo com o Laudo SP – 0002/19-01. 6. Empreiteiras e Fornecedores – As contas a pagar aos empreiteiros e fornecedores no valor de R\$ 20.176.771 (R\$ 19.929.082, em 2019) são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios, sendo classificadas como passivo circulantes, exceto quando o prazo de vencimentos for superior a 12 meses após a data do balanço. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante e estão reconhecidas inicialmente ao valor justo, que em geral corresponde ao valor da fatura e subsequentemente ao custo amortizado. 7. Provisão para Contingências e Parcelamentos – Provisões constituídas para fazer frente às ações cíveis e trabalhistas, que se encontra em instâncias diversas. A provisão é constituída por valores atualizados de perdas, estabelecidos pelo consultor jurídico e por julgamento da administração. Em 2020 a provisão atingiu o montante de R\$ 338.201, sendo lançado 100% do valor classificado como provável.							
				Parecer Jurídico	Provisão para		
Chance de Perda				Cível	Trabalhista	Total	Contingências
Provável		114.731	223.470	338.201		338.201	
Possível		1.364.398	1.053.000	2.417.398		–	
Remoto		606.387.053	1.315.901	607.702.954		–	
Total		607.866.183	2.592.371	610.458.553		338.201	
Além dos valores contidos no parecer jurídico a Companhia também registra valores a título de contingência tributária, em 2020 R\$ 104.872. Os débitos parcelados de tributos federais estão registrados como segue:							
Circulante		2020	2019				
PGFN – débitos previdenciários (a) RFB – débitos previdenciários (b)		737.498	737.498				
PGFN – demais débitos		145.118	145.118				
RFB – demais débitos		0,00	279.021				
Juros Parcelamentos		0,00	666.150				
Total		882.616	1.985.131				
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis							

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá – SAEG, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais procederam ao exame do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e outros documentos pertinentes, com base nas análises efetuadas e nos esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, considerando ainda, o relatório da auditoria contratada CONSULT Auditores Independentes emitido sem ressalvas, datado de 29 de abril de 2021, os Conselheiros Fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas demonstrações referidas Demonstrações Financeiras e aprovam por unanimidade as referidas contas, opinando pelo seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. **Membros Conselho Fiscal:** Cristiano Henrique Zaccara; José Antônio dos Santos Martins; Maurício Lobosco Werneck; Alexandre Augusto Rocha da Costa; Giuliano Lobo França.

Aos Srs. Administradores e Acionistas
Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá – SAEG – Guaratinguetá-SP
Opinião com Ressalvas: Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá – SAEG (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelo efeito dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá – SAEG, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 – R1). **Base para Opinião com Ressalvas: Inventário Físico de Estoques:** Fomos contratados como auditores da Companhia muito após a data de 31 de dezembro de 2020 e, portanto, não acompanhamos o inventário físico de estoques naquela data, registrados no Ativo Circulante pelo montante de R\$ 1.736.013. Não foi possível nos satisfazerem por meios alternativos quanto às quantidades em estoque em 31 de dezembro de 2020. E, inclusive, como os estoques iniciais são computados na determinação do resultado e dos fluxos de caixa, não nos foi possível determinar ajustes que teriam sido necessários às demonstrações contábeis. **Vida útil do ativo imobilizado:** A Companhia considera, parte da depreciação, com a utilização de taxas admitidas pela legislação tributária sem a prática de revisão periódica das estimativas de vida útil e determinação de valor residual, que são fundamentais para a definição do montante a ser depreciado segundo seção 17.18, do “Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas”. Não foi possível nos satisfazerem quanto à adequação dessas taxas de depreciação do imobilizado utilizado pela Companhia, bem como, estimar os impactos sobre os saldos do ativo imobilizado e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020 e para o resultado do exercício findo naquela data. **Imobilizado – Inconsistência no Saldo Contábil em Comparação com Controle Patrimonial:** O sistema de controle patrimonial apresenta valores maiores que o saldo contábil líquido, e a variação não foi justificada pela administração da Companhia. As fragilidades impossibilitam a aplicação de procedimentos de auditoria suficientes que permitisse concluir sobre a adequação do controle físico e da fidedignidade do saldo contábil. **Ajuste de Avaliação Patrimonial:** A administração reconheceu contabilmente a avaliação a valor justo dos bens do ativo imobilizado, resultando no registro da mais valia dos respectivos bens no exercício de 2019, mantido no exercício de 2020, no montante de R\$ 2.277.331, tendo por contrapartida a conta do patrimônio líquido denominada Ajuste de Avaliação Patrimonial. **Falta de Evidências Objetivas de Aplicação de Políticas Contábeis Específicas para os Contratos de Concessão:** A Companhia, criada por lei específica, tem como objetivo manter, operar e melhorar a infraestrutura de

serviço público de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos, prestando tais serviços à população em nome da entidade pública municipal, sendo que parte dos serviços é prestado por parceria pública privada. Não obstante tais características, inexistem evidências objetivas de aplicação ou estudo para aplicação das políticas e procedimentos contábeis descritos na seção 34.12 a 34.16 do “Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas”, que trata dos Contratos de Concessão. **Inconsistências no Saldo de Contas a Receber:** Os procedimentos de auditoria evidenciaram inconsistências no saldo contábil de Contas a Receber de Clientes em comparação com os controles internos e financeiros, com divergência de R\$ 1.635.387 a menor nos saldos contábeis, não justificado pela administração da Companhia. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas. **Outros assuntos:** As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram por nós auditadas, com emissão de relatório de auditoria datado de 23 de abril de 2021, apresentando opinião com ressalvas relacionadas a: falta de acompanhamento de inventário físico de estoques; falta de estimativa de vida útil dos bens do imobilizado; inconsistência no saldo contábil em comparação com controle patrimonial; acréscimo indevido de valores em bens do imobilizado a título de ajuste de avaliação patrimonial; falta de aplicação de políticas e procedimentos relacionados a contratos de concessão; inconsistências no saldo de fornecedores; falta de aplicação do CPC 23 para regularização de erros de exercícios anteriores e incorreções na divulgação das referidas demonstrações contábeis. **Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 – R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis:** Nossos obje-

tivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 29 de abril de 2021.

Paulo Sergio da Silva – Contador CRC/PR nº 029.121/O-0

Consult – Auditores Independentes – CRC/PR nº 002.906/O-5

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC

CNPJ nº 33.423.575/0002-57

SICOMERCIO

Sistema Confederativo da Representação Sindical do Comércio
Comissão de Enquadramento e Registro Sindical do Comércio
AVISO

O Presidente da Comissão de Enquadramento e Registro Sindical do Comércio - CERSC comunica, para os fins constantes do art. 20 da Resolução Sicomercio-CNC nº 02, de 18 de novembro de 1991, que o Sindicato das Agências de Correio Franqueadas do Estado de São Paulo requereu registro no Sicomercio, contando, a partir da data da presente publicação, o prazo de 15 (quinze) dias para que quaisquer interessados se manifestem. A Comissão de Enquadramento e Registro Sindical do Comércio funciona na Avenida General Justo, nº 307 - 5º andar, CEP: 20021-130, Rio de Janeiro, RJ, Fax: nº (21) 2524-7111.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 2021.

LÁZARO LUIZ GONZAGA - PRESIDENTE DA CERSC.

Cyrela Paris Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ/MF 07.749.562/0001-81 - NIRE 35.220.339.847

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Data, hora, local: 06.04.2021, 10hs, na sede, Rua do Rócio, 109, 3º andar, Sala 01, Parte, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Celso Antonio Alves, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações aprovadas:** 1. Redução do capital em R\$ 7.100.000,00, considerados excessivos em relação ao objeto social, nos termos do artigo 1.082, II, do Código Civil, com o cancelamento de 7.100.000 quotas, com valor de R\$ 1,00 cada, todas da sócia **Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações**, a qual receberá em moeda corrente do país o valor das quotas canceladas a título de capital excessivo. 2. Dessa forma, passa o Capital Social de R\$ 82.510.321,00 para R\$ 75.410.321,00. 3. Autorizar os administradores a assinar os documentos necessários. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 06.04.2021. Sócia: **Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações** por seus procuradores Celso Antônio Alves e Sigrid Amantino Barcelos.

FIP BKO I HOLDING S.A.

NIRE 35.300.483.146 - CNPJ 21.967.778/0001-44

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária em 29.04.2021

Data, Hora, Local: 29.04.2021, às 10hs., na sede social, Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 3º andar, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade. **Mesa:** Presidente - Luciana Martins Guedes Improta; Secretário - Kleiton dos Santos Martins. **Deliberações Aprovadas:** (i) A redução do capital social, por ser considerado excessivo de R\$ 1.600.000,00, passando de R\$ 40.617.552,00 para R\$ 39.017.552,00, sem o cancelamento de ações, havendo ajuste ao seu valor nominal; (ii) O pagamento de R\$1.250.000,00 aos acionistas, e a destinação de R\$350.000,00 para pagamento de despesas. A redução somente será efetivada após o prazo para oposição de credores. Não haverá incidência de correção sobre o valor a ser creditado; (iii) Alteração do Artigo 5º do Estatuto Social: “Artigo 5º: O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional e bens, é de R\$39.017.552,00, dividido em 43.007.552 ações, com valor nominal de R\$0,90722560 cada uma.” **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 29.04.2021. **Acionistas:** Fundo de Investimento em Participações BKO I Gestora: BREI - Brazilian Real Estate Investments Ltda. Por: Vitor Guimarães Bidetti, Luciana Martins Guedes Improta